



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Edital de Licitação Nº 0330098/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2023/CPCL/DPE/RO			
EDITAL Nº 026/2023/CPCL/DPE/RO			
Data de abertura: 11/01/2024		Horário de abertura: 09h00min	
Sistema eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br		Observação: Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília - DF	
Processo SEI: 3001.100416.2021	SRP? Não	Exclusiva ME/EPP? Não	Reserva de cota? Não
Objeto: Aquisição de ferramentas para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.			
Valor total estimado: R\$ 8.477,28 (oito mil quatrocentos e setenta e sete reais e vinte e oito centavos).			
Impugnações e Pedidos de esclarecimentos: A t é 08/01/2024 para o endereço licitacao@defensoria.ro.def.br		Modo de Disputa: Aberto	Amostra? Não
Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares: 02 (duas) horas após convocação do pregoeiro.			
Requisitos básicos: 1. SICAF ou documentos equivalentes; 2. Certidão do CAGEFIMP; 3. Consulta pelo pregoeiro aos cadastros informativos CAGEFIMP, CEIS e CNIA;		Requisitos específicos <i>Vide termo de referência</i>	

Observações Gerais

-

Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho – RO
Fone: 69 3217-4713 / (69) 99348-3068

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2023/CPCL/DPE/RO

EDITAL Nº 026/2023/CPCL/DPE/RO

Exclusivo ME-EPP

A **Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE/RO**, através de seu **Pregoeiro** e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 473/2022/SGAP/DPERO de 3 de novembro de 2022, publicado no D.O.E. nº 849 – ano IV, do dia 04 de novembro de 2022, alterada pela Portaria nº 1352/2023/DPG/DPERO de 7 de julho de 2023, publicado no D.O.E. nº 1011 – ano V, do dia 10 de julho de 2023, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação, na modalidade **Pregão**, em sua forma **eletrônica**, do tipo **menor preço**, com **adjudicação por item**, mediante **fornecimento em parcela única**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, elaborado em conformidade com a Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, com a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 2.414/2011, Decretos Estaduais nº 26.182/2021, nº 16.089/2011 e nº 21.675/2017, Decreto Federal nº 10.024/2019 e suas respectivas alterações, e com outras legislações vigentes.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 11 de janeiro de 2024.

HORÁRIO: 09h00min (horário oficial de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br

UASG: 926224

1. DO OBJETO, PRAZO, LOCAL E RECEBIMENTO:

1.1. DO OBJETO: A presente licitação tem como objeto à **aquisição de ferramentas para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia**, conforme quantidades, condições e especificações minuciosamente descritas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão às últimas.

1.2. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO: Conforme descrito no item **04** do Termo de Referência.

2. DO VALOR ESTIMADO:

2.1. O valor estimado da licitação é de **R\$ 8.477,28 (oito mil quatrocentos e setenta e sete**

reais e vinte e oito centavos).

3. DA AUTORIZAÇÃO:

3.1. A realização desta licitação encontra-se devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas, conforme **Processo SEI nº 3001.100416.2021**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

4. DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO:

4.1. Os recursos orçamentários para dar cobertura à realização da despesa estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício **2023**, por meio da programação: **2046**; natureza da despesa: **3.3.90.30** e **4.4.90.52**; fonte de recurso: **1.7.59.008030**; unidade orçamentária: **30011 - Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia**.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

5.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** este Edital.

5.1.1. A **impugnação** poderá ser realizada de forma eletrônica, por meio do e-mail: licitacao@defensoria.ro.def.br ou protocoladas na DPE/RO, situada à Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846, Porto Velho, Rondônia, em dias úteis nos horários de **08h30min às 14h30min (horário oficial de Brasília/DF)**.

5.1.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no **prazo de até 1 (um) dia útil** antecedente à data marcada para a abertura da licitação.

5.1.3. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.2. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do e-mail licitacao@defensoria.ro.def.br.

5.2.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos até a data definida para a sessão inaugural e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do termo de referência.

5.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5.5. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo **Pregoeiro** serão entranhados nos autos do processo licitatório e divulgados nos sítios eletrônicos www.defensoria.ro.def.br e www.gov.br/compras/pt-br, disponíveis para consulta por qualquer interessado.

5.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos vincularão os participantes e a Administração.

6. DO CREDENCIAMENTO:

6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

7.1. Poderão participar deste Pregão, exclusivamente, as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

7.2. Não poderão participar deste **Pregão**:

7.2.1. Consórcio de empresas: Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços;

7.2.2. Empresa que estiver em processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

7.2.3. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

7.2.4. Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, durante o prazo da sanção, conforme art. 7º, da Lei nº 10.520/2002;

7.2.5. Empresa punida com suspensão temporária (art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93) do direito de licitar e contratar com o Órgão/Entidade Contratante, durante o prazo de sanção;

7.2.6. Empresário proibido de contratar com o Poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), durante o prazo de sanção;

7.2.7. Empresário proibido de contratar com a Administração Pública, em razão do disposto no art. 72, parágrafo 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes ambientais), durante o prazo de sanção;

7.2.8. Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

7.3. A participação nesta licitação importa o **licitante** a irrestrita aceitação das condições

estabelecidas no presente Edital e seus anexos, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, independentemente de declaração expressa. A não observância dessas condições ensejará o sumário impedimento da participação do **licitante** no referido certame.

7.3.1. Não cabe à **licitante**, após a abertura da sessão pública, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, o **licitante** deverá ler atentamente o Edital e seus anexos.

7.4. Como requisito para participação neste **Pregão**, o **licitante** deverá se manifestar nas seguintes declarações, em campo próprio do sistema eletrônico:

a) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

b) Declaração de ciência e concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem assim de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação previstos;

c) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declaração expressa do responsável pela firma de que ela não está impedida de participar de licitações promovidas por órgãos ou entidades públicas;

e) Declaração de que é microempresa e empresa de pequeno porte, e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar, se for o caso;

f) Declaração de elaboração independente de proposta;

g) Declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado, nos termos do art. 1º, III e IV, e art. 5º, III, da Constituição Federal;

h) Declaração de Acessibilidade, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

7.4.1. Em caso de omissão, o **licitante** será desclassificado.

7.4.2. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, emprego de menor, elaboração independente da proposta, enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência, e sobre a não utilização de trabalho degradante ou forçado sujeitará o **licitante** às sanções previstas neste Edital e nas leis.

8 . DO CADASTRO DA PROPOSTA DE PREÇOS E ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. O **licitante** credenciado a participar deste **Pregão**, deverá enviar exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos no edital e a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, sendo considerados inválidos os documentos enviados por meio diverso.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. Incumbirá ao **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. Até a abertura da sessão pública, os **licitantes** poderão retirar ou substituir a proposta e os

documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

8.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.7. O **licitante** deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no **sistema eletrônico**, dos seguintes campos, sempre que estes estiverem disponíveis:

a) Preço unitário e total;

b) Marca/modelo/fabricante;

c) Descrição detalhada do objeto ofertado.

8.8. No caso de haver divergência entre a descrição do código CATMAT/CATSER no sistema eletrônico e o disposto no Edital, o **licitante** deverá obedecer ao que está disposto no Edital.

8.9. Neste Pregão, será declarada a proposta mais vantajosa aquela que preencher os requisitos de adequabilidade ao objeto da contratação, observando os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital, inclusive o preço.

8.10. Nos preços propostos devem estar incluídos todos os custos diretos ou indiretos que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação devem estar inclusos nos preços cotados, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, fretes, seguros, embalagens, transporte, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e demais encargos.

8.11. É **vedada** a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

8.12. O prazo de validade da proposta comercial será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data marcada para a abertura das propostas, podendo ofertar prazo superior, declarando-o expressamente no campo "descrição complementar".

8.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, sempre assegurada, a todos os **licitantes**, paridade de tratamento neste aspecto.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

9.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

9.1.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do **Pregoeiro** de data diversa.

9.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e o **licitante** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.3. Cabe ao **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9.4. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que

não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, dentre as quais:

- a) Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;
- b) Não atenderem aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
- c) Apresentarem irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento objetivo por parte do **Pregoeiro**;
- d) Apresentarem vantagem baseada nas ofertas dos demais **licitantes**, exceto o preço, obedecida a formulação de lances;
- e) Valores unitários e/ou global superiores ao máximo aceito;
- f) Apresentarem preços unitários simbólicos, preços irrisórios ou com valor zero;
- g) Preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são compatíveis com a execução do objeto;
- h) A proposta que identifique o **licitante**;
- i) Apresentarem proposta alternativa.

9.4.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.4.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

9.4.3. O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados da intimação, e seu julgamento observará as disposições presentes no art. 44, §3º c/c art. 48, II, ambos da Lei nº 8.666/1993.

10. DA DISPUTA E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de disputa.

10.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.3.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL do item**.

10.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.6. O intervalo mínimo de **diferença de valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.

10.7. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

10.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

10.12.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

10.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.14. Durante o transcurso da fase de disputa, o **licitante** será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora do lance.

10.15. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.15.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.17. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados, **nos itens exclusivos ou com reserva de cota**, será concedida prioridade às microempresas e empresas de pequeno porte **sediadas local ou regionalmente**, até o limite de **10% (dez por cento)** do melhor preço válido, para apresentarem novas propostas de desempate, nos termos do Decreto Estadual nº 21.675/2017.

10.17.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados local ou regional que se enquadrarem no subitem anterior, serão convocadas pelo **Pregoeiro** para apresentarem novas propostas no prazo máximo de **05 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, contados a partir da convocação do **Pregoeiro**, sob pena de preclusão.

10.17.2. Na hipótese de as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados sediadas local ou regionalmente não apresentarem propostas de preços inferiores àquela considerada vencedora da licitação, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do **subitem 11.19**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

10.17.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.18. Persistindo empate após a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Estadual nº 21.675/2017, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.19. Na hipótese de prosseguir o empate após a aplicação do art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10.20. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, o **Pregoeiro** poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, **contraproposta** ao **licitante** que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

10.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais **licitantes**.

10.21. Todas as informações relativas à sessão pública deste Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

10.22. Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e neste Edital.

10.23. Após a negociação do preço, o Pregoieiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a fase de negociação, o pregoeiro solicitará que o licitante melhor classificado, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.2. A proposta de preços enviada pelo sistema deverá conter:

a) Razão social da proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, agência e respectivo banco, telefone/fax e endereço eletrônico (e-mail);

b) Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, marca, modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

c) Valor unitário e valor total do item;

d) Prospecto, manual e/ou catálogo, com descritivos técnicos detalhados, expedido pelo fabricante do material ofertado.

e) Comprovação de garantia do material, a qual deverá ocorrer através de documentação do fabricante de domínio público, sendo aceitas declarações do fabricante ou fornecedor.

11.2.1. Se o **licitante** não encaminhar as documentações relativas às letras “**d**” e “**e**” do item **11.2**, o **Pregoeiro** consultará os sítios dos fabricantes do objeto apresentado e, caso não logre êxito, o **licitante** terá sua proposta recusada.

11.2.2. Os prazos estabelecidos pelo **Pregoeiro** poderão ser prorrogados por solicitação escrita e justificada do **licitante**, **via sistema**, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceitos pelo **Pregoeiro**.

11.3. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas do objeto e quanto ao preço estimado, oportunizando a adequação destes aos valores praticados no mercado.

11.4. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da DPE/RO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

11.6. Será **desclassificada** a proposta que apresentar preço final **superior ao preço máximo**

fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

11.6.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.6.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.7. Compete ao pregoeiro diligenciar, se, no curso da licitação, depreender indício de que o levantamento prévio de preços padece de fragilidade, a exemplo da disparidade entre o preço inicialmente previsto e o preço ofertado pelos participantes.

11.8. Incumbe ao **Pregoeiro**, na fase de julgamento, promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo o **licitante** atender às solicitações, podendo inclusive convocar o **licitante** para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, estabelecendo prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

11.8.1. Havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares, tais como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

11.9. Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, poderá o **Pregoeiro**, a seu exclusivo critério, suspender a respectiva sessão.

11.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.10. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Pregoeiro**.

11.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o **Pregoeiro** examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.11.1. Na hipótese em que o **Pregoeiro** não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.13. Havendo necessidade, o **Pregoeiro** suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

11.14. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

11.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12. DA HABILITAÇÃO:

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** As declarações prestadas em campo próprio do sistema;
- b)** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- c)** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414/2011;
- d)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, da Controladoria-Geral da União - CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; e,
- e)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada.

12.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.4. Caso atendidas as condições de participação, serão analisados os documentos enviados pelo licitante **juntamente** com a proposta de preços.

12.5. Por tratar-se de aquisição que não envolve maior complexidade, torna-se desproporcional o cumprimento de requisitos muito elaborados. Portanto, as exigências de habilitação limitam-se à comprovação da regularidade fiscal, jurídica, trabalhista e a certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, nos termos da Lei nº 8.666/1993, demonstrada a partir dos seguintes documentos:

12.5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

b) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

c) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o envio de outorga por instrumento público ou particular (com firma reconhecida), com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular lances, negociar preços, receber intimações e notificações, desistir ou não de recursos, bem como praticar os demais atos pertinentes ao certame;

f) Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da licitação, se for o caso.

12.5.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio da **licitante**, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, dentro da validade;

d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em conformidade com a Lei nº 12.440/2011, dentro da validade;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

g) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade.

12.5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

12.5.4. É dispensada a apresentação de documentos de habilitação, indicados, desde que estes estejam válidos e disponíveis para consulta no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**.

12.5.5. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, **ou encaminhar**, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.5.6. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

12.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e **já apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas)** horas, sob pena de inabilitação.

12.7. A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pelo **Pregoeiro** via *online*, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é

de inteira responsabilidade do **licitante** a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação, pelo **Pregoeiro**, para o envio dos mesmos.

12.8. A documentação exigida deverá ter validade mínima até a data prevista para a sessão pública. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição.

12.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

12.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, é assegurado o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora desta licitação, prorrogável por igual período, a critério da DPE/RO, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.10.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12.11. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará na **decadência** do direito à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado à DPE/RO convocar os **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação ou, ainda, revogar esta licitação.

12.12. Para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, serão igualmente aceitas certidões negativas e as certidões positivas com efeitos de negativas.

12.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o **Pregoeiro** suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade do certame.

12.14. Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) Se o **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz; e,

c) Se o **licitante** for a matriz e a fornecedora do objeto neste Edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

12.15. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.16. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o **licitante** será declarado vencedor.

13. DOS RECURSOS:

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a

existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.2.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de **03 (três) dias**.

13.2.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **03 (três) dias**, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.2.5. Para efeito do disposto no art. 109, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, fica à vista dos autos franqueada aos interessados.

13.3. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. Julgado o recurso a decisão será publicada no sistema eletrônico.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat” e “aviso”).

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

15.1. Na ausência de recurso, caberá ao **pregoeiro** adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

15.2. Havendo recurso, a **autoridade competente** adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

16.1. Após homologação do certame, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.3. A Administração disponibilizará acesso ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI para adjudicatária assinar/receber o Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

16.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato ou instrumento equivalente,

caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

16.5. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa da Ata ou Contrato por via postal, para assinatura da adjudicatária.

17. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

17.1. As obrigações estão dispostas no item **05** do Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO:

18.1. O pagamento será realizado na forma do item **06** do Termo de Referência.

19. DAS SANÇÕES:

19.1. As sanções serão aplicadas na forma do item **08** do Termo de Referência.

20. DO REAJUSTE:

20.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

21. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

21.1. Os **licitantes** deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução contratual, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse da **Defensoria Pública do Estado de Rondônia**, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que o **licitante** tenha direito a qualquer indenização.

22.2. Os **licitantes** estão cientes das condições para participação no certame e são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, implicará na anulação do empenho ou na rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do **licitante**, não conferindo direito a qualquer indenização ou ressarcimento, independente do resultado da licitação.

22.4. É facultado ao **Pregoeiro** ou à **Autoridade Superior**, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.5. As comunicações oficiais referentes ao presente objeto poderão ser realizadas através de **e-mail** corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pelo **licitante**.

22.5.1. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura pelo destinatário. Na ausência da confirmação, será considerada válida a comunicação na data do término do prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados da data do envio.

22.6. As normas que disciplinam este **Pregão** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

22.8. Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.9. Os casos omissos serão resolvidos pelo **Pregoeiro**, que decidirá com base na legislação em vigor.

22.10. É **vedado** transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste instrumento.

22.11. Este Edital encontra-se à disposição dos interessados nos sítios www.defensoria.ro.def.br ou www.gov.br/compras/pt-br, bem como na sala da Comissão Permanente de Compras e Licitações, situada na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho – RO, no horário das 08h30min às 14h30min (horário oficial de Brasília/DF), onde poderá ser retirado em meio físico ou eletrônico, sem ônus para a DPE/RO, com estes arcando o interessado, tais como fotocópia, ou trazendo o CD-R, ou *pen drive* próprio.

22.12. O **Pregoeiro** e **Equipe de Apoio** encontram-se à disposição para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares no endereço supracitado ou pelo telefone **(69) 3217-4713** ou **(69) 99348-3068**, e ainda pelo e-mail licitacao@defensoria.ro.def.br. O **Pregoeiro** não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ele em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto desta DPE/RO quanto do emissor.

23. DOS ANEXOS:

23.1. Fazem parte integrante do presente Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

23.1.1. Anexo I - Termo de Referência (id. 0329169);

23.1.2. Anexo II - Estimativa de Preços (id. 0330100);

23.1.3. Anexo III - Modelo de Proposta de Preços (id. 0330102).

24. DO FORO:

24.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Porto Velho/RO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Porto Velho - RO, na data da assinatura eletrônica.

Luan Hortiz Campos
Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Pregoeiro(a)**, em 26/12/2023, às 09:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0330098** e o código CRC **B84C344B**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.100416.2021.

Documento SEI nº 0330098v3



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria Administrativa

Departamento de Serviços Gerais

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100416.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: AQUIS FERRAMENTAS - 2023

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 105/2023
ADENDO MODIFICADOR 02
AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS
PORTO VELHO – RO**

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este Termo visa assegurar os melhores resultados possíveis para o processo licitatório, sem frustrar o caráter competitivo da sua execução, atendendo e resguardando os interesses da Administração Pública.

1.2. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

1.3. Assim, elaboramos o presente Termo, o qual contém todas as informações necessárias para dar subsídios à contratação pretendida.

2. OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência visa a **AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS** para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, de acordo com o resultado do Pregão Eletrônico nº 018/2023/CPCL/DPE/RO parte integrante do processo SEI 3001.100416.2021.

2.2. As quantidades referidas no ANEXO A - ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES deste Termo refletem a exatidão da demanda, que deverá ser observada no fornecimento do objeto.

2.3. Todas as características referentes à aquisição são parâmetros mínimos exigidos para o fornecimento do objeto, sendo permitida a oferta de materiais com características superiores, os quais serão avaliados pela Administração.

2.4. Os materiais deverão ser novos, não reconicionados, de primeiro uso e não deverão conter marcas, amassados, arranhões ou outras avarias, deverão ser entregues em pleno estado de funcionamento e, ainda, constar a garantia mínima de 12 (doze) meses, na data da entrega.

2.5. Os materiais a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002, posto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração e ainda, para suprir as necessidades e demandas do cargo Chefe de Manutenção e Conservação Predial Preventiva, em razão da recente mudança no quadro de cargos de direção superior e assessoramento da DPE/RO, mediante a portaria nº 82/2022/DPG/DPERO.

2.6. Da análise da pretensa aquisição e do processo licitatório anteriormente realizado, verificou-se que os melhores resultados para a administração serão obtidos por meio da adjudicação do objeto por item, pelas razões a seguir expostas:

a) Viabilidade Técnica - A adjudicação do objeto por itens possibilitará aos licitantes a apresentação de propostas de acordo com sua capacidade operacional, aumentando o número

de interessados;

b) Viabilidade Econômica e Economia de Escala - Não se vislumbra a perda de economia de escala da adjudicação por itens, vez que não há materiais a se adquirir em vultuosas quantidades;

c) Eficiência - A adjudicação por itens trará maior segurança ao certame, posto que a ausência de propostas para um ou mais itens, não compromete o objeto da aquisição, como no caso do agrupamento por lotes.

2.7. O presente certame utilizará a modalidade de licitação **PREGÃO** com adoção do critério de julgamento e classificação pelo **MENOR PREÇO**, com adjudicação por item, com fornecimento de uma só vez, conforme preceitua a Lei. nº 8.666/1993.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A aquisição se faz necessária a fim de possibilitar a execução de reparos e manutenção dos banheiros, portas, pias, caixas de descargas, instalação de tomadas, trocas de lâmpadas, reatores em razão do desgaste natural pelo uso e adequação de espaços por meio de instalação de divisórias, realização de pequenas pinturas e outros serviços pelo **Departamento de Serviços Gerais**, e outras atividades similares a serem realizadas pela **Diretoria de Engenharia**, pela **Diretoria de Tecnologia da Informação** e pelo **Departamento de Almoxarifado e Patrimônio**, bem como proporcionar as condições de segurança dos servidores responsáveis pelas áreas afetadas.

3.2. Atender à solicitação dos setores requisitantes na capital e quando determinado nas Comarcas do Interior, efetuando a troca ou instalações, colaborando com a manutenção predial.

3.3. Os itens que compõem o objeto, ora pretendido, são de extrema necessidade, vez que são utilizados para finalidades estruturais diversas, mas que se complementa pela obrigatoriedade de realização de pequenos reparos e instalações e manutenção das condições de salubridade, segurança e equilíbrio do ambiente organizacional.

3.4. Os materiais que se pretende adquirir, suprirão a necessidade dos setores para a realização de serviços diariamente solicitados e que contribuem sobremaneira para a consecução das atividades finalísticas desta Defensoria, tanto para os departamentos da Capital, quanto para os Núcleos localizados no Interior do Estado.

3.5. O quantitativo e as especificações dos itens apresentados representam o resultado de levantamento realizado entre o Departamento de Serviços Gerais, Diretoria de Engenharia, Diretoria de Tecnologia da Informação e Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, tendo como parâmetros as solicitações emanadas pelos setores e Núcleos, bem como o resultado obtido no Pregão Eletrônico Nº 0005/2022.

4. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DA ENTREGA OU EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

4.1. Os materiais deverão ser entregues em uma única parcela, rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

4.2. A Nota de Empenho será encaminhada à(s) Contratada(s) via e-mail. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada tacitamente recebida após o decurso de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir de seu envio.

4.3. DO PRAZO DE ENTREGA: Os materiais deverão ser entregues em um prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, após o recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento.

4.3.1. Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente Instrumento Convocatório admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

4.4. DO LOCAL DE ENTREGA: Os materiais serão entregues no Departamento de Serviços Gerais da DPE, localizado na Av. Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

4.5. DO RECEBIMENTO: Os materiais serão recebidos por servidor(a) designado(a) pela Administração, que terá, juntamente com a(s) Contratada(s), a incumbência de, dentre outras

atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequação dos materiais entregues.

4.5.1. A entrega dos materiais deverá ser informada com, no mínimo, **03 (três) dias** de antecedência.

4.5.2. PROVISORIAMENTE: Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de **03 (três) dias úteis**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo e na proposta.

4.5.3. DEFINITIVAMENTE: Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.4. Os volumes serão abertos no momento da entrega, na presença da Contratada e da DPE/RO, que em conjunto conferirão o conteúdo entregue. A conferência será realizada com base na lista dos materiais descritos na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) fornecida(s) no ato da entrega, detalhando claramente todas as partes integrantes dos materiais. Este detalhamento não poderá ser feito por códigos, e sim pela descrição de cada material e/ou equipamento, com a respectiva quantidade.

4.5.5. É facultada a presença da Contratada durante todo o procedimento de recebimento definitivo dos materiais.

4.5.6. A licitante vencedora será responsável pelo transporte e despesas com carga e descarga dos objetos deste termo até a entrega nas dependências da DPE/RO.

4.5.7. Os volumes contendo os materiais deverão estar identificados externamente com os dados constantes da(s) Nota(s) Fiscal(is), na qual deverá(ão) constar necessariamente o número de série de todos os materiais que estiverem sendo entregues.

4.5.8. Os materiais deverão ser acondicionados em embalagens produzidas em material reciclável.

4.5.9. Deverão ser fornecidos todos os acessórios necessários para a instalação e pleno funcionamento de todo o equipamento, de acordo com as características descritas nas especificações técnicas.

4.5.10. Aceitos os materiais, será procedido o atesto na(s) Nota(s) Fiscal(is), autorizando o pagamento.

4.5.11. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta, devendo ser substituídos em um prazo não superior a **15 (quinze) dias úteis**, às custas da Contratada, a contar da sua notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5.12. Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.

4.5.13. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos materiais, nem ético-profissional pela perfeita execução, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo Instrumento Contratual.

4.5.14. Em conformidade com o art. 76 da Lei nº 8.666/1993, se, no recebimento do objeto, este for rejeitado ou for constatada sua execução de forma incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação, nos termos do art. 69 da lei supramencionada.

4.5.15. Em caso de dúvida sobre a autenticidade dos materiais, a Contratada se compromete a arcar com os custos dos testes de originalidade, a serem realizados nos laboratórios dos próprios fabricantes, ou não sendo possível, em outro escolhido de comum acordo entre as partes.

4.5.16. O Departamento de Almoxarifado e Patrimônio ficará responsável pelo tombamento dos materiais permanentes e registro dos bens em sistema, indicando características e demais informações pertinentes.

5. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. DA(S) CONTRATADA(S):

5.1.1. Fornecer os materiais de acordo com as especificações técnicas e as condições estabelecidas, mantendo-os sempre em perfeita ordem, arcando com os ônus necessários à

completa entrega destes, se necessário substituir todo e qualquer material não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus adicional, bem como assumir inteira responsabilidade pela entrega daquilo que fornecer.

5.1.2. Cumprir todos os prazos estipulados para entrega dos materiais, substituindo-os ou corrigindo-os, às suas custas, no total ou em parte, nos prazos fixados, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções.

5.1.3. Prover todos os meios necessários à garantia do fornecimento, inclusive considerados os casos de greves ou paralisação de qualquer natureza.

5.1.4. Entregar os materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações exigidas pela boa técnica.

5.1.5. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras essências para recebimento de correspondência.

5.1.6. Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o local de entrega.

5.1.7. Comunicar imediatamente à Contratante, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega dos materiais, para adoção de medidas cabíveis.

5.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

5.1.9. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem, ainda, assegurar os direitos, inclusive quanto aos preços praticados.

5.1.10. Fornecer e utilizar, sob sua inteira responsabilidade, a competente e indispensável mão de obra habilitada, selecionada e necessária, atendidas, sempre e regularmente, todas as exigências legais pertinentes, como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes, sendo vedada a relação de trabalho com menores de idade, salvo nos casos previsto em Lei.

5.1.11. Responder pelas despesas resultantes e de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos.

5.1.12. Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega dos materiais, tais como salários, seguro contra acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transportes, vales-refeições e outras que, porventura, venham a ser criadas e exigidas pela Lei.

5.1.13. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

5.1.14. Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar por danos materiais e/ou pessoais decorrentes de erro na entrega dos materiais, objeto do presente Termo, que sobrevenha em prejuízo da Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.1.15. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências da Contratante, quando em atividade na execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá.

5.1.16. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens e peças, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar a Contratante a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização.

5.1.17. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções.

5.1.18. Reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

5.1.19. Atender prontamente às exigências da DPE/RO inerentes ao objeto deste Termo.

5.1.20. Abster-se, em qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades deste objeto, sem prévia autorização da Contratante.

5.1.21. Identificar qualquer equipamento de sua posse que venha a ser utilizado nas dependências da Contratante, afixando placas de controle patrimonial, selos de segurança, etc.

5.1.22. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.1.23. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela DPE/RO.

5.1.24. Convocada pela Contratante, assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, **dentro do prazo de 10 (dez) dias**, prorrogável por igual período.

5.2. DA CONTRATANTE:

5.2.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto deste Termo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte da Contratada.

5.2.2. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada.

5.2.3. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

5.2.4. Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento dos materiais, na forma estabelecida neste Termo.

5.2.5. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos materiais entregues, para que sejam substituídos ou corrigidos.

5.2.6. Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os materiais.

5.2.7. Permitir, aos empregados da Contratada, acesso ao local da entrega, observadas as normas de segurança.

5.2.8. Comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela Contratada.

5.2.9. Reter créditos e aplicar as penalidades cabíveis previstas na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto deste instrumento.

5.2.10. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelos demais fornecedores, objeto deste instrumento, de forma a garantir que continuem sendo os mais vantajosos.

5.2.11. Realizar rigorosa conferência das características dos materiais entregues, pelos agentes designados, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.

5.2.12. Prestar às informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela(s) Contratada(s).

5.2.13. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a Contratada entregar fora das especificações.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em parcela única, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista da Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) por ela apresentada(s), que deverá(ão) ser entregue(s) no Departamento de Serviços Gerais, no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis** para os valores de **até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais)** e, acima desse valor, no prazo de **até 30 (trinta) dias** após o recebimento definitivo do(s) material(is) entregue(s), sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e resoluções vigentes, observada ainda a exigibilidade da ordem cronológica de pagamentos, conforme o art. 5º, *caput*, da Lei nº 8.666/1993.

6.2. A(s) Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) deve(m) ser emitida(s) em 02 (duas) vias, devendo conter em corpo a descrição do objeto, o número da conta bancária da Contratada, acompanhada de toda a documentação necessária à comprovação de que a Contratada mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame licitatório. A(s) Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) poderá(ão) ser enviada(s) por e-mail.

6.3. A atestação da(s) Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) caberá ao Gestor ou Fiscal do Contrato, desde que os materiais estejam em conformidade com as exigências contidas neste instrumento e não haja impeditivo imputável à Contratada.

6.4. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, CNPJ: 01.072.076/0001-95 - Endereço Avenida Gov. Jorge Teixeira, 1722 - bairro: Embratel - Porto Velho/RO, CEP: 76820-846.

6.5. Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) ou circunstância que impeça a liquidação da despesa,

aquela(s) será(ão) devolvida(s) e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese a DPE/RO poderá pagar apenas a parcela não controvertida com as devidas justificativas (neste caso a DPE/RO terá um prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento, para efetuar a análise e o pagamento).

6.6. Na hipótese acima, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is), não acarretando qualquer ônus para a DPE/RO.

6.7. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

6.8. Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações da(s) Contratada(s), a DPE/RO reterá os créditos a que aquela teria direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

6.9. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que regularizados.

6.10. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,000164384, assim apurado: $I = (TX)/365$ $I = \{(6/100)/365\}$ $I = 0,000164384$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7. SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

7.1. O valor orçado para a pretensa aquisição consta de Planilha Mercadológica elaborada pelo Departamento de Aquisições, produzida com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, pesquisas de mercado e mediante consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços, bem como outras fontes admitidas na Lei.

7.2. Os recursos orçamentários para subsidiar a realização da despesa possuem adequação e compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual — LOA, para o presente exercício, por meio da Unidade Orçamentária **30.011** — Fundo Especial da Defensoria Pública de Rondônia; **1.759.0.08030** — Recursos Vinculados a Fundos — FUNDEP; Programa de Trabalho **2046** — Gestão do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia — FUNDEP, Ação **2182** — Manter o funcionamento da Defensoria Pública do Estado; Naturezas das Despesas **3.3.90.30** ou **4.4.90.52**; Subelementos das Despesas **26, 04, 24, 42 e 34**.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie:

I. Advertência;

II. Multa moratória, nos seguintes percentuais:

a) No atraso injustificado na entrega do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do empenho, limitado a 5 (cinco) dias;

b) No caso de atraso injustificado na substituição do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do empenho, incidência limitada a 10 (dez) dias;

c) Caso a multa a ser aplicada ultrapasse o limite fixado na letra "a" e "b" e na contumácia de ocorrências de descumprimento contratual, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no

subitem III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações, o que também se aplica no caso de reincidência de descumprimento das obrigações.

III. Multa contratual, por inadimplemento das obrigações, nos seguintes percentuais:

- a) Pelo descumprimento parcial, 15% (dez por cento) sobre o valor do empenho;
- b) Pelo descumprimento total, 20% (vinte por cento) sobre o valor do empenho;
- c) Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93, por prazo não superior a 02 (dois) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas.

V. Impedimento de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia e descredenciamento do SICAF, previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas.

VI. Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública, prevista no art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.

8.2. Incidirá também na sanção prevista no subitem V acima a licitante que deixar de enviar os documentos necessários à sua habilitação ou, quando for o caso, a nova Planilha de Custos e Formação de Preços por meio eletrônico, com os valores readequados ao lance vencedor.

8.3. As sanções previstas serão aplicadas de acordo com as disposições do Regulamento nº 021/2018-GAB/DPERO, de 05 de fevereiro de 2018 e Lei nº 8.666/1993.

8.4. A sanção prevista no item I será aplicada pelo Fiscal/Gestor do contrato, as sanções contidas nos subitens II, III, IV, V serão aplicadas pela Secretaria Geral de Administração e Planejamento, por fim, a sanção IV deverá ser aplicada exclusivamente pelo Defensor Público-Geral, nos moldes do art. 87, §3º da Lei 8.666/1993.

8.5. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia ao interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da respectiva intimação para as sanções previstas nos subitens I, II e III e de 10 (dez) dias para a dos subitens IV e V.

8.6. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. Nos casos previstos nos incisos IV, V e VI, serão, também, incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

8.7. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a(s) Contratada(s) fizer(em) jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da(s) Contratada(s), o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

8.8. As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas separada ou conjuntamente.

9. GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1. A gestão, acompanhamento e fiscalização da execução do objeto consistem na verificação da conformidade da entrega dos materiais, de forma a assegurar seu perfeito cumprimento, devendo ser exercido “in loco” pelos(as) servidores(as) designado(as) pela Administração, o(as) quais deverão prestar as informações necessárias sobre o fornecimento e eventuais ocorrências visando efetuar os registros em livro próprio e tomadas as providências para solução dos fatos apontados, além de observar o Regulamento 021/2018/DPG/DPE/RO.

10. PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

10.1. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando os preços unitários e o valor global da proposta;

10.2. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado, em

quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo quando requerido pela DPE/RO, suas substituições.

10.3. No preço ofertado estarão incluídos também os custos indiretos sobre o fornecimento do objeto, tais como: seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições sociais, indenizações, etc., inclusive despesas com transporte para entregas no local indicado no presente Termo de referência.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.1. Por tratar-se de aquisição que não envolve maior complexidade, torna-se desproporcional o cumprimento de requisitos em demasia elaborados. Portanto, na presente contratação as exigências limitam-se à comprovação da regularidade fiscal, jurídica, trabalhista e apresentação de certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, nos termos da Lei nº 8.666/1993.

12. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

12.1. Para a presente aquisição, serão adotados os seguintes critérios de sustentabilidade:

I. Os produtos fornecidos serão fabricados, sempre que possível, em material reciclável, de modo a permitir seu reaproveitamento após o ciclo de uso;

II. Os produtos fornecidos deverão ser fabricados, sempre que possível, em material biodegradável;

III. Os produtos fornecidos deverão ser entregues em embalagens recicláveis e/ou biodegradáveis e com o menor volume possível;

13.2. Os critérios estabelecidos no presente Termo deverão ser observados por ocasião dos procedimentos de recebimento dos materiais.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

13.1. Ao expor claramente a motivação para realizar a aquisição dos materiais, a Defensoria Pública do Estado de Rondônia pretende evidenciar o ato administrativo revestidos de todos os seus requisitos formais e materiais no intuito de torná-lo eficaz e célere de acordo com o art. 2º do Decreto Federal nº 10.024/2019 e art. 4º do Decreto Federal nº 3.555/2000.

14. ANEXOS

14.1. ANEXO A - ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES;

14.2. ANEXO B - MODELO DE COTAÇÃO DE PREÇOS;

14.3. ANEXO C - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO;

14.4. ANEXO D - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

Porto Velho, na data da assinatura.

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA

Técnico Administrativo

BRENDA AGNES GADELHA HALI

Técnica Administrativa

WAGNER PEREIRA DA SILVA

Chefe do Departamento de Serviços Gerais

ANEXO A - ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

ITEM	CATMAT	PDM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DESTINAÇÃO	TOTAL
------	--------	-----	-----------	-------------------	------------	-------

1	251315	4897	CHAVE TESTE (TESTE DE VOLTAGEM). Com haste em aço, cabo de plástico rígido, para testes de tensão e verificação de polaridade. Comprimento: mínimo 12cm, máximo 16cm. Medições: mínima 12v, máxima 220V. Visor digital.	Und	DSG (2)	2
2	355368	10012	MULTÍMETRO DIGITAL PORTÁTIL. Display LCD/Contagem 3 5/6 dígitos/6000, True RMS, detector de tensão sem contato, leitor de temperatura; escala automática para medição em tensão e corrente AC / DC, tensão DC 1000V, tensão AC 750V, resistência até 60MΩ, capacitância, frequência, teste Diodo / Continuidade, mínimo CAT III 600V. Acompanha: Cabo de Ponta Prova, Manual. Garantia mínima de 12 meses. Modelo de referência: Multímetro ET-1649 MINIPA ou similares.	Und	DE (2)	2
3	442252	16887	SCANNER DETECTOR DE MATERIAIS EM PAREDE. Calibração automática e Detecção fiável de objetos a no mínimo 12 cm de profundidade. Tela com iluminação. Três modos de detecção para diferentes aplicações. Detecção de Canos de PVC, Metais, madeira e Fiação elétrica. Especificações Técnicas: Profundidades aceitáveis de medição, Modo concreto: 120mm, Modo universal: 60mm. Modo drywall: 60mm. Precisão do centro do objeto: 10mm. Mínima distância entre 2 objetos: 50mm e Desligamento automático. Marca/modelo de referência: D-TECT 120 – BOSCH ou similar.	Und	DE (1)	1

4	450177	14636	JOGO DE PONTAS BITS PHILLIPS/FENDA. Jogo contendo 10 peças Ponta Dupla Phillips PH2 e Fenda SL6. Peças imantadas em aço cromo. Bitola até 1/2". Medidas 6mmx100mm.	Und	DSG (2) DTI (2)	4
5	323874	12036	KIT DE SERRA TIPO COPO. Kit Serra Copo Bimetal 7 Peças Madeira e Metal, sendo: 1 Haste com Broca 3/8", 01 Adaptador, 05 Serras copo: 3/4" (19mm), 7/8" (22 mm), 1.1/8" (29mm), 1.1/4" (32mm), 1.3/8" (35mm).	Und	DSG (1)	1
6	245151	13589	MARTELO DE UNHA MÉDIO. Aço carbono. Cabo emborrachado anti-impacto. Tam. 25mm (variação de até 10%).	Und.	DE (2) DSG (2)	4
7	484541	968	TRENA. 50 metros de comprimento - caixa aberta, fita em fibra.	Und	DE (2) DSG (1)	3
8	297360	1573	PINCEL TRINCHA 2" 50MM 395/5. Cerdas preta. Cabo em madeira ou acrílico.	Und	DSG (5)	5
9	306094	1572	ROLO DE LÃ SINTÉTICA DE 5CM. Antirrespingo, com suporte antiderrapante em madeira ou acrílico.	Und	DSG (4)	4
10	250981	1572	ROLO DE LÃ SINTÉTICA DE 15CM. Antirrespingo, com suporte antiderrapante em madeira ou acrílico.	Und	DSG (4)	4
11	462369	4034	CABO EXTENSOR PARA PINTURA TELESCÓPICO. 3 metros. Estrutura metálica revestida.	Und	DSG (2)	2
12	453778	1567	BROXA. Em madeira ou plástico. Tamanho mínimo de 150mmx50mm Cerdas em material sintético. Cabo ergonômico.	Und	DSG (2)	2
13	448858	599	COLHER DE PEDREIRO. Triangular. 9 pol. Aço carbono. Tratamento lixado. Cabo em acrílico ou madeira ergonômico de, no mínimo, 12cm.	Und	DSG (2)	2
14	224113	1569	ESPÁTULA DE PEDREIRO. 4 centímetros. Aço inox. Cabo ergonômico em madeira ou plástico.	Und	DSG (2)	2

15	468648	11328	PRUMO DE AÇO. 500g, corpo em metal, base em madeira e cordão de náilon.	Und	DE (1)	1
16	265470	11328	PRUMO DE CENTRO. 400g, corpo em metal, base em madeira e cordão de náilon.	Und	DE (1)	1
17	217675	918	ESQUADRO. Com corpo em aço carbono temperado, cabo de alumínio, graduação em milímetros e polegadas com 50 cm de tamanho	Und	DE (1)	1
18	483264	920	NÍVEL DE BOLHA. 100 centímetros fabricado em alumínio com bolha horizontal, vertical e transversal.	Und	DE (1)	1
19	457094	11495	CONTÊINER DE LIXO. Capacidade: Entre 1000 a 1500 L, material de fibra de vidro , resistente a intempéries. Preferencialmente com rodas, sendo duas com freio. Tampa articulada ao próprio corpo, dreno de escoamento de líquidos.	Und	DSG	1

ANEXO B - COTAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CHAVE TESTE (TESTE DE VOLTAGEM). Com haste em aço, cabo de plástico rígido, para testes de tensão e verificação de polaridade. Comprimento: mínimo 12cm, máximo 16cm. Medições: mínima 12v, máxima 220V. Visor digital.	Und	2		
2	MULTÍMETRO DIGITAL PORTÁTIL . Display LCD/Contagem 3 5/6 dígitos/6000, True RMS, detector de tensão sem contato, leitor de temperatura; escala automática para medição em tensão e corrente AC / DC, tensão DC 1000V, tensão AC 750V, resistência até 60MΩ, capacitância, frequência, teste Diodo / Continuidade, mínimo CAT III 600V. Acompanha: Cabo de Ponta Prova, Manual. Garantia mínima de 12 meses. Modelo de referência: Multímetro ET-1649 MINIPA ou similares.	Und	2		

3	SCANNER DETECTOR DE MATERIAIS EM PAREDE. Calibração automática e Detecção fiável de objetos a no mínimo 12 cm de profundidade. Tela com iluminação. Três modos de detecção para diferentes aplicações. Detecção de Canos de PVC, Metais, madeira e Fiação elétrica. Especificações Técnicas: Profundidades aceitáveis de medição, Modo concreto: 120mm, Modo universal: 60mm. Modo drywall: 60mm. Precisão do centro do objeto: 10mm. Mínima distância entre 2 objetos: 50mm e Desligamento automático. Marca/modelo de referência: D-TECT 120 – BOSCH ou similar.	Und	1		
4	JOGO DE PONTAS BITS PHILLIPS/FENDA. Jogo contendo 10 peças Ponta Dupla Phillips PH2 e Fenda SL6. Peças imantadas em aço cromo. Bitola até 1/2". Medidas 6mmx100mm.	Und	4		
5	KIT DE SERRA TIPO COPO. Kit Serra Copo Bimetal 7 Peças Madeira e Metal, sendo: 1 Haste com Broca 3/8", 01 Adaptador, 05 Serras copo: 3/4" (19mm), 7/8" (22 mm), 1.1/8" (29mm), 1.1/4" (32mm), 1.3/8" (35mm).	Und	1		
6	MARTELO DE UNHA MÉDIO. Aço carbono. Cabo emborrachado anti-impacto. Tam. 25mm (variação de até 10%).	Und	4		
7	TRENA. 50 metros de comprimento - caixa aberta, fita em fibra.	Und	3		
8	PINCEL TRINCHA 2" 50MM 395/5. Cerdas preta. Cabo em madeira ou acrílico.	Und	5		
9	ROLO DE LÃ SINTÉTICA DE 5CM. Antirrespingo, com suporte antiderrapante em madeira ou acrílico.	Und	4		
10	ROLO DE LÃ SINTÉTICA DE 15CM. Antirrespingo, com suporte antiderrapante em madeira ou acrílico.	Und	4		
11	CABO EXTENSOR PARA PINTURA TELESCÓPICO. 3 metros. Estrutura metálica revestida.	Und	2		
12	BROXA. Em madeira ou plástico. Tamanho mínimo de 150mmx50mm Cerdas em material sintético. Cabo ergonômico.	Und	2		
13	COLHER DE PEDREIRO. Triangular. 9 pol. Aço carbono. Tratamento lixado. Cabo em acrílico ou madeira ergonômico de, no mínimo, 12cm	Und	2		

14	ESPÁTULA DE PEDREIRO. 4 centímetros. Aço inox. Cabo ergonômico em madeira ou plástico	Und	2		
15	PRUMO DE AÇO. 500g, corpo em metal, base em madeira e cordão de náilon.	Und	1		
16	PRUMO DE CENTRO. 400g, corpo em metal, base em madeira e cordão de náilon.	Und	1		
17	ESQUADRO. Com corpo em aço carbono temperado, cabo de alumínio, graduação em milímetros e polegadas com 50 cm de tamanho	Und	1		
18	NÍVEL DE BOLHA. 100 centímetros fabricado em alumínio com bolha horizontal, vertical e transversal.	Und	1		
19	CONTÊINER DE LIXO. Capacidade: Entre 1000 a 1500 L, material de fibra de vidro , resistente a intempéries. Preferencialmente com rodas, sendo duas com freio. Tampa articulada ao próprio corpo, dreno de escoamento de líquidos.	Und	1		
Carimbo do CNPJ/CPF-ME:	Local:	VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$			
	Data:	Validade da Proposta			
		Prazo de Entrega			
		Responsável pela cotação/DPE/RO			

ANEXO C - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

IDENTIFICAÇÃO:	
Termo de Recebimento Provisório	Data:
Contrato nº:	Vigência do Contrato:
Contratada:	Prazo:
Objeto:	
Valor do contrato:	Fiscal:

Por este instrumento, atestamos, para fins, que o(s) material(is) relacionado(s) no instrumento

acima identificado, foi(ram) recebido(s) nesta data e será(ão) objeto(s) de avaliação quanto à conformidade de qualidade, de acordo com os critérios de aceitação previamente definidos pela Contratante.

Ressaltamos que o recebimento definitivo ocorrerá em até ____ dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente.

_____, _____ de _____ de 20____.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Nome Completo

Cargo

De acordo:

NOME DA EMPRESA

Nome Completo

Representante legal da empresa

ANEXO D - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

IDENTIFICAÇÃO:	
Termo de Recebimento Definitivo	Data:
Contrato nº:	Vigência do Contrato:
Contratada:	Prazo:
Objeto:	
Valor do contrato:	Fiscal:

Pelo presente, declaramos, em caráter definitivo, a fiel e perfeita execução do objeto a que se refere o instrumento acima identificado, emitindo o presente **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, com eficácia liberatória de todas as obrigações do contratado, exceto as garantias legais (art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/1993), bem como autorizamos a restituição de todas as garantias e/ou caução prestadas.



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Pereira Da Silva, Chefe de Departamento**, em 21/12/2023, às 10:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Brenda Agnes Gadelha Hali, Técnica Administrativa**, em 21/12/2023, às 10:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0329169** e o código CRC **665217F9**.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100416.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: AQUIS FERRAMENTAS - 2023

ANEXO - SGAP/SGAP-CPCL

ANEXO II

ESTIMATIVA DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	PREÇO MÉDIO UNIT (R\$)	PREÇO MÁXIMO (R\$)
01	CHAVE TESTE (TESTE DE VOLTAGEM). Com haste em aço, cabo de plástico rígido, para testes de tensão e verificação de polaridade. Comprimento: mínimo 12cm, máximo 16cm. Medições: mínima 12v, máxima 220V. Visor digital.	Unid.	2	23,50	47,00
02	MULTÍMETRO DIGITAL PORTÁTIL . Display LCD/Contagem 3 5/6 dígitos/6000, True RMS, detector de tensão sem contato, leitor de temperatura; escala automática para medição em tensão e corrente AC / DC, tensão DC 1000V, tensão AC 750V, resistência até 60MΩ, capacitância, frequência, teste Diodo / Continuidade, mínimo CAT III 600V. Acompanha: Cabo de Ponta Prova, Manual. Garantia mínima de 12 meses. Modelo de referência: Multímetro ET-1649 MINIPA ou similares.	Unid.	2	300,89	601,77

03	SCANNER DETECTOR DE MATERIAIS EM PAREDE. Calibração automática e Detecção fiável de objetos a no mínimo 12 cm de profundidade. Tela com iluminação. Três modos de detecção para diferentes aplicações. Detecção de Canos de PVC, Metais, madeira e Fiação elétrica. Especificações Técnicas: Profundidades aceitáveis de medição, Modo concreto: 120mm, Modo universal: 60mm. Modo drywall: 60mm. Precisão do centro do objeto: 10mm. Mínima distância entre 2 objetos: 50mm e Desligamento automático. Marca/modelo de referência: D-TECT 120 – BOSCH ou similar.	Unid.	1	2.207,18	2.207,18
04	JOGO DE PONTAS BITS PHILLIPS/FENDA. Jogo contendo 10 peças Ponta Dupla Phillips PH2 e Fenda SL6. Peças imantadas em aço cromo. Bitola até 1/2". Medidas 6mmx100mm.	Unid.	4	72,99	291,96
05	KIT DE SERRA TIPO COPO. Kit Serra Copo Bimetal 7 Peças Madeira e Metal, sendo: 1 Haste com Broca 3/8", 01 Adaptador, 05 Serras copo: 3/4" (19mm), 7/8" (22 mm), 1.1/8" (29mm), 1.1/4" (32mm), 1.3/8" (35mm).	Unid.	1	213,64	213,64
06	MARTELO DE UNHA MÉDIO. Aço carbono. Cabo emborrachado anti-impacto. Tam. 25mm (variação de até 10%).	Unid.	4	64,40	257,60
07	TRENA. 50 metros de comprimento - caixa aberta, fita em fibra.	Unid.	3	89,40	268,20
08	PINCEL TRINCHA 2" 50MM 395/5. Cerdas preta. Cabo em madeira ou acrílico.	Unid.	5	8,50	42,50
09	ROLO DE LÃ SINTÉTICA DE 5CM. Antirrespingo, com suporte antiderrapante em madeira ou acrílico.	Unid.	4	7,33	29,30
10	ROLO DE LÃ SINTÉTICA DE 15CM. Antirrespingo, com suporte antiderrapante em madeira ou acrílico.	Unid.	4	12,90	51,60
11	CABO EXTENSOR PARA PINTURA TELESCÓPICO. 3 metros. Estrutura metálica revestida.	Unid.	2	39,90	79,80
12	BROXA. Em madeira ou plástico. Tamanho mínimo de 150mmx50mm Cerdas em material sintético. Cabo ergonômico.	Unid.	2	14,76	29,52
13	COLHER DE PEDREIRO. Triangular. 9 pol. Aço carbono. Tratamento lixado. Cabo em acrílico ou madeira ergonômico de, no mínimo, 12cm.	Unid.	2	16,78	33,56
14	ESPÁTULA DE PEDREIRO. 4 centímetros. Aço inox. Cabo ergonômico em madeira ou plástico.	Unid.	2	14,90	29,80
15	PRUMO DE AÇO. 500g, corpo em metal, base em madeira e cordão de náilon.	Unid.	1	26,72	26,72
16	PRUMO DE CENTRO. 400g, corpo em metal, base em madeira e cordão de náilon.	Unid.	1	38,45	38,45
17	ESQUADRO. Com corpo em aço carbono temperado, cabo de alumínio, graduação em milímetros e polegadas com 50 cm de tamanho	Unid.	1	63,48	63,48
18	NÍVEL DE BOLHA. 100 centímetros fabricado em alumínio com bolha horizontal, vertical e transversal.	Unid.	1	90,21	90,21

19	CONTÊINER DE LIXO. Capacidade: Entre 1000 a 1500 L, material de fibra de vidro , resistente a intempéries. Preferencialmente com rodas, sendo duas com freio. Tampa articulada ao próprio corpo, dreno de escoamento de líquidos.	Unid.	1	4.075,00	4.075,00
TOTAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO					8.477,28

Obs.: Os valores acima foram extraídos da Pesquisa de Preços id. 0300829.



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Pregoeiro(a)**, em 26/12/2023, às 09:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0330100** e o código CRC **CD9208FC**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.100416.2021.

Documento SEI nº 0330100v1



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100416.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: AQUIS FERRAMENTAS - 2023

ANEXO - SGAP/SGAP-CPCL

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(apresentar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2023/CPCL/DPE/RO

EDITAL Nº 026/2023/CPCL/DPE/RO

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - DPE/RO

DO OBJETO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA / MODELO / FABRICANTE	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	CHAVE TESTE (TESTE DE VOLTAGEM). Com haste em aço, cabo de plástico rígido, para testes de tensão e verificação de polaridade. Comprimento: mínimo 12cm, máximo 16cm. Medições: mínima 12v, máxima 220V. Visor digital.	Unid.	2			

02	<p>MULTÍMETRO DIGITAL PORTÁTIL. Display LCD/Contagem 3 5/6 dígitos/6000, True RMS, detector de tensão sem contato, leitor de temperatura; escala automática para medição em tensão e corrente AC / DC, tensão DC 1000V, tensão AC 750V, resistência até 60MΩ, capacitância, frequência, teste Diodo / Continuidade, mínimo CAT III 600V. Acompanha: Cabo de Ponta Prova, Manual. Garantia mínima de 12 meses. Modelo de referência: Multímetro ET-1649 MINIPA ou similares.</p>	Unid.	2			
03	<p>SCANNER DETECTOR DE MATERIAIS EM PAREDE. Calibração automática e Detecção fiável de objetos a no mínimo 12 cm de profundidade. Tela com iluminação. Três modos de detecção para diferentes aplicações. Detecção de Canos de PVC, Metais, madeira e Fiação elétrica. Especificações Técnicas: Profundidades aceitáveis de medição, Modo concreto: 120mm, Modo universal: 60mm. Modo drywall: 60mm. Precisão do centro do objeto: 10mm. Mínima distância entre 2 objetos: 50mm e Desligamento automático. Marca/modelo de referência: D-TECT 120 – BOSCH ou similar.</p>	Unid.	1			
04	<p>JOGO DE PONTAS BITS PHILLIPS/FENDA. Jogo contendo 10 peças Ponta Dupla Phillips PH2 e Fenda SL6. Peças imantadas em aço cromo. Bitola até 1/2". Medidas 6mmx100mm.</p>	Unid.	4			
05	<p>KIT DE SERRA TIPO COPO. Kit Serra Copo Bimetal 7 Peças Madeira e Metal, sendo: 1 Haste com Broca 3/8", 01 Adaptador, 05 Serras copo: 3/4" (19mm), 7/8" (22 mm), 1.1/8" (29mm), 1.1/4" (32mm), 1.3/8" (35mm).</p>	Unid.	1			

06	MARTELO DE UNHA MÉDIO. Aço carbono. Cabo emborrachado anti-impacto. Tam. 25mm (variação de até 10%).	Unid.	4			
07	TRENA. 50 metros de comprimento - caixa aberta, fita em fibra.	Unid.	3			
08	PINCEL TRINCHA 2" 50MM 395/5. Cerdas preta. Cabo em madeira ou acrílico.	Unid.	5			
09	ROLO DE LA SINTÉTICA DE 5CM. Antirrespingo, com suporte antiderrapante em madeira ou acrílico.	Unid.	4			
10	ROLO DE LA SINTÉTICA DE 15CM. Antirrespingo, com suporte antiderrapante em madeira ou acrílico.	Unid.	4			
11	CABO EXTENSOR PARA PINTURA TELESCÓPICO. 3 metros. Estrutura metálica revestida.	Unid.	2			
12	BROXA. Em madeira ou plástico. Tamanho mínimo de 150mmx50mm Cerdas em material sintético. Cabo ergonômico.	Unid.	2			
13	COLHER DE PEDREIRO. Triangular. 9 pol. Aço carbono. Tratamento lixado. Cabo em acrílico ou madeira ergonômico de, no mínimo, 12cm.	Unid.	2			
14	ESPÁTULA DE PEDREIRO. 4 centímetros. Aço inox. Cabo ergonômico em madeira ou plástico.	Unid.	2			
15	PRUMO DE AÇO. 500g, corpo em metal, base em madeira e cordão de náilon.	Unid.	1			
16	PRUMO DE CENTRO. 400g, corpo em metal, base em madeira e cordão de náilon.	Unid.	1			
17	ESQUADRO. Com corpo em aço carbono temperado, cabo de alumínio, graduação em milímetros e polegadas com 50 cm de tamanho	Unid.	1			
18	NÍVEL DE BOLHA. 100 centímetros fabricado em alumínio com bolha horizontal, vertical e transversal.	Unid.	1			

19	CONTÊINER DE LIXO. Capacidade: Entre 1000 a 1500 L, material de fibra de vidro , resistente a intempéries. Preferencialmente com rodas, sendo duas com freio. Tampa articulada ao próprio corpo, dreno de escoamento de líquidos.	Unid.	1			
TOTAL DA PROPOSTA						

Valor Total da Proposta: R\$ _____ (valor por extenso).

Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega: ____ (_____) dias.

Garantia: ____ (_____), conforme edital.

DADOS DO PROPONENTE:

Razão Social:	
CNPJ:	Telefone/Celular:
Endereço:	CEP:
E-mail:	

DADOS DO REPRESENTANTE DA EMPRESA:

Nome:		
Endereço:		
CEP:	Cidade:	UF:
CPF:	Cargo/Função:	
RG nº.:	Expedido por:	
Naturalidade:	Nacionalidade:	

DADOS BANCÁRIOS:

Banco:
Conta Corrente:
Agência:

Declaramos conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital deste pregão, apresentamos nossa proposta de preços para fornecimento do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Declaramos que proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declaramos, sob as penas da Lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaramos, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Declaramos que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todos os tipos de comunicação oficial, inclusive notificações, comprometendo-me sempre a mantê-lo atualizado junto à DPE/RO.

(Local)....., de 2024.

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Pregoeiro(a)**, em 26/12/2023, às 09:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0330102** e o código CRC **9FDAC184**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.100416.2021.

Documento SEI nº 0330102v5



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2023/CPCL/DPE/RO

EDITAL Nº 026/2023/CPCL/DPE/RO

Exclusiva ME-EPP

PROCESSO SEI Nº 3001.100416.2021

A **Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE/RO**, através de seu **Pregoeiro** e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 473/2022/SGAP/DPERO de 3 de novembro de 2022, publicado no D.O.E. nº 849 – ano IV, do dia 04 de novembro de 2022, alterada pela Portaria nº 1352/2023/DPG/DPERO de 7 de julho de 2023, publicado no D.O.E. nº 1011 – ano V, do dia 10 de julho de 2023, torna pública à abertura do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2023/CPCL/DPE/RO**, do tipo **menor preço**, com **adjudicação por item e por lote**, mediante **fornecimento total**. O certame será regido pela Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 2.414/2011, Decretos Estaduais nº 26.182/2021, nº 16.089/2011 e nº 21.675/2017, Decreto Federal nº 10.024/2019, suas respectivas alterações e por outras normas vigentes, bem como pelas condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos. A licitação tem por finalidade a qualificação de empresas e a seleção de proposta mais vantajosa, visando a **aquisição de ferramentas para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia**, conforme quantidades, condições e especificações técnicas minuciosamente descritas no edital e seus anexos. O edital e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, bem como na sede da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, situada à Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho – RO, em dias úteis, as 08h30min às 14h30min (horário oficial de Brasília/DF). Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail licitacao@defensoria.ro.def.br e telefone (69) 3217-4713 e (69) 99348-3068. A abertura da sessão pública será no dia **11/01/2024**, às **09h00min** (horário oficial de Brasília/DF), no site: www.gov.br/compras/pt-br. O valor total estimado é **R\$ 8.477,28 (oito mil quatrocentos e setenta e sete reais e vinte e oito centavos)**.

Porto Velho - RO, 26 de dezembro de 2023.

Luan Hortiz Campos
Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Pregoeiro(a)**, em 26/12/2023, às 08:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0330104** e o código CRC **8D189F33**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.100416.2021.

Documento SEI nº 0330104v2